

## Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

2º CC-MF Fl.

Processo no

10830.008133/2001-02

Recurso nº

123,626

Acórdão nº

201-77.074

Recorrente

: INSERIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

Recorrida

DRJ em Campinas - SP

**ADMINISTRATIVO FISCAL**. PRAZOS. PROCESSO

INTEMPESTIVIDADE. RECURSO FORA DE PRAZO.

Não se toma conhecimento de recurso interposto fora do prazo de trinta dias previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/72.

Recurso não conhecido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por INSERIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso, por intempestivo.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2003.

Josefa Maria Coelho Marques.

Presidente e Relatora

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Jorge Freire, Antonio Mario de Abreu Pinto, Serafim Fernandes Corrêa, Sérgio Gomes Velloso, Adriana Gomes Rêgo Galvão, Hélio José Bernz e Rogério Gustavo Dreyer.



## Ministério da Fazenda Segundo Conselho de Contribuintes

Processo nº : 10830.008133/2001-02

Recurso nº : 123.626 Acórdão nº : 201-77.074

Recorrente : INSERIL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/A

## **RELATÓRIO**

Trata-se de Auto de Infração (fls. 80/89), lavrado contra a contribuinte relativo à falta de recolhimento da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, no período de janeiro/1998, março/1998, maio/1998 a dezembro/1998, fevereiro/1999, julho/1999, agosto/1999, outubro/1999 a dezembro/2000.

Tempestivamente, a interessada apresenta impugnação de fls. 104/125, cujos argumentos transcrevo do relatório que compõe a decisão recorrida (fls. 147/148):

"O Fisco não pode exigir o valor relativo à Cofins, pois o lançamento reflexo encontra como suporte de eficácia a autuação sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica, que ainda está em discussão, uma vez que foi apresentada defesa pela autuada e até o momento inexiste solução a respeito. Portanto, assiste à impugnante o direito de argüir carência da ação ou autuação, extinguindo-se o processo sem julgamento do mérito com fulcro nos arts. 301, X, e 267, VI, do Código de Processo Civil, subsidiariamente aplicado aos procedimentos administrativos, ou ainda, por medida de economia processual, devendo aguardar o julgamento da autuação principal, para posteriormente apreciar a presente matéria;

O auto de infração foi lavrado fora do estabelecimento comercial da autuada, em desrespeito ao art. 10 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972;

Nos termos do art. 25, alínea "a", do Decreto-Lei nº 9.295, de 1946, c/c com o inciso XIII do art. 5º e o inciso XVI do art. 22 da Constituição Federal, o auditor fiscal somente deveria efetuar a perícia contábil se estivesse tecnicamente habilitado para tanto. Por isso, era necessário que ele estivesse registrado no Conselho Regional de Contabilidade — CRC, o que não restou comprovado. Ademais, a Lei nº 8.027, de 12 de abril de 1990, dispõe que é dever do servidor público civil observar as normas legais e regulamentares. Por essa razão, é nulo o auto de infração;

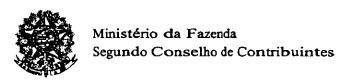
Nota-se uma grande dose de precipitação da autoridade fiscal ao pretender imputar infrações sem o devido embasamento, o que somente seria obtido por meio de um exame pormenorizado em todo o setor contábil da empresa, ou seja, pela realização de um levantamento fiscal específico, como determina a legislação. Por outro lado, ocorrida a hipótese de incidência, surge a obrigação tributária, que é formalizada pelo crédito tributário. Uma vez que a hipótese de incidência não foi concluída, pois as peças foram devolvidas, não há que se falar em obrigação tributária e muito menos em crédito tributário;

A autuada solicitou parcelamento dos débitos fiscais e vem honrando o pagamento das parcelas mensalmente;

As modificações instituídas pela Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, se deram de forma ilegal e inconstitucional. Isso porque é hierarquicamente inferior à Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991, e porque infringiu o art. 110 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 — Código Tributário Nacional (CTN). A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, não convalidou a Lei nº 9.718, de 1998, pois lhe é posterior;

A multa exigida perfaz mais de 20% do valor originário da dívida, contrariando a Lei nº 9.298, de 1º de agosto de 1996. Além disso, ela tem caráter confiscatório;

don



Processo nº

10830.008133/2001-02

Recurso nº Acórdão nº

123.626 201-77.074

Ao corrigir o poder aquisitivo da moeda e exigir a remuneração de juros além do limite de doze por cento ao ano estabelecido no art. 192, § 3º, da Constituição Federal, infringiu-se o princípio da isonomia. Ademais, é incabível a utilização da Selic, por ofender o conceito jurídico econômico de juros de mora, já que não possui natureza indenizatória, e também por não respeitar o citado § 3º do art. 192 da Carta Magna."

Os membros da 5ª Turma de Julgamento da Delegacia de Receita Federal de Julgamento em Campinas - SP (Acórdão nº 2.344, de 26 de setembro de 2002), por unanimidade de votos, julgaram procedente o lançamento, resumindo seu entendimento nos termos da ementa de fl. 145, que se transcreve:

"Assunto: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

Período de apuração: 01/01/1998 a 31/01/1998, 01/03/1998 a 31/03/1998, 01/05/1998 a 31/12/1998, 01/02/1999 a 28/02/1999, 01/07/1999 a 31/08/1999, 01/10/1999 a 31/12/2000

Ementa: AUTO DE INFRAÇÃO. LOCAL DE LAVRATURA. Não é motivo de nulidade a preparação do auto de infração fora do estabelecimento autuado, levado pronto para sua ciência.

AFRF. COMPETÊNCIA.É legitima e legal a competência atribuída ao AFRF para cobrar tributos administrados pela SRF, sendo irrelevante sua inscrição no CRC.

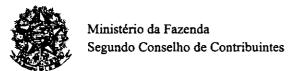
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE. O controle de constitucionalidade da legislação que fundamenta o lançamento é de competência exclusiva do Poder Judiciário e, no sistema difuso, centrado em última instância revisional no STF.

Lançamento Procedente".

Insurgindo-se contra a decisão prolatada, a recorrente apresenta recurso voluntário às fls. 160/169, reafirmando os pontos expendidos na peça impugnatória.

É o relatório.





2º CC-MF F1.

Processo nº

: 10830.008133/2001-02

Recurso nº : 123.626 Acórdão nº : 201-77.074

## VOTO DA CONSELHEIRA-RELATORA JOSEFA MARIA COELHO MARQUES

Conforme Recibo à fl. 152, a contribuinte foi intimada da decisão de 1ª instância em 17 de dezembro de 2002. O prazo para interposição do recurso está previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/72, a seguir transcrito:

"Art. 33 - Da decisão caberá recurso voluntário, total ou parcial, com efeito suspensivo, dentro dos trinta dias seguintes à ciência da decisão."

O prazo para recurso, de acordo com o que dispõe o artigo acima citado, venceu em 16 de janeiro de 2003, no entanto, a interessada apresentou seu recurso, fl. 159 (postagem), em 17 de janeiro de 2003.

Sendo o recurso extemporâneo, voto no sentido de não conhecê-lo.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2003.

Josefa Maria della Marques.

JOSEFA MARIA COELHO MARQUES